



História: Debates e Tendências

ISSN: 1517-2856

ISSN: 2238-8885

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e  
Ciencias Humanas

Campos, Ipojucan Dias

“O rebaixamento moral”: moda, corpo e família (Belém-PA, 1915-1920)

História: Debates e Tendências, vol. 19, núm. 2, 2019, Maio-Agosto, pp. 270-287

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas

DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.2n.19.9430>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552460506010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

UABM [redalyc.org](http://redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

**“O rebaixamento moral”: moda, corpo e família (Belém-PA, 1915-1920)**

**“The moral relegation”: fashion, body and family (Belém-PA, 1915-1920)**

**“El descenso moral”: la moda, cuerpo y familia (Belém-PA, 1915-1920)**

Ipojucan Dias Campos<sup>i</sup>

**Resumo:** Este artigo interpretou o quanto a moda e o corpo feminino produziram instabilidades às famílias belenenses do início do século XX. Tecidos finos, roupas mais maleáveis e curtas, somados à nudez dos braços, costas, bustos, tornozelos, pernas, além da visibilidade das curvas do corpo, foram sobejamente publicizadas na imprensa e, igualmente, apresentadas como razões, por maridos, para reforçar ações de desquite. Estas mutações ocorreram porque mulheres por meio de críticas veladas e outras nem tanto, determinaram desnecessário grande volume de tecido à confecção das suas vestimentas, por isso, decidiram acelerar a subtração do compreendido excessivo. Nesta escala, o presente estudo problematiza que o poder do homem sobre o corpo feminino, no seio do casamento, possuía limites e que as núpcias somente tinham alguma viabilidade de sobrevivência por meio de sistemáticas negociações.

**Palavras-chave:** Corpo. Família. Moda.

**Abstract:** This article interpreted how fashion and the female body produced instabilities to the belenenses families of the early 20th century. Fine fabrics, more supple and short clothes, added to the nakedness of the arms, back, busts, ankles, legs, besides the visibility of body curves, were widely publicized in the press and also presented as reasons by husbands to reinforce actions of revenge. These mutations occurred because women, through veiled critiques and others not so much, determined that a large volume of fabric was unnecessary to the making of their garments, so they decided to accelerate the subtraction of the over-understood. In this scale, the present study problematizes that the power of the man on the feminine body, within the marriage, had limits and that the nuptials only had some viability of survival by means of systematic negotiations.

**Keywords:** Body. Family. Fashion.

**Resumen:** Este artículo interpretó cuánto la moda y el cuerpo femenino produjeron inestabilidades a las familias belenenses de principios del siglo XX. Los tejidos finos, ropas más maleables y cortas, sumadas a la desnudez de los brazos, espalda, bustos, tobillos, piernas, además de la visibilidad de las curvas del cuerpo, fueron sobradamente publicadas en la prensa y, igualmente, presentadas como razones, por maridos, para reforzar acciones de desquite. Estas mutaciones ocurrieron porque mujeres por medio de críticas veladas y otras no tanto, determinaron innecesario gran volumen de tejido a la confección de sus vestimentas, por lo que decidieron acelerar la sustracción de lo

comprendido excesivo. En esta escala, el presente estudio problematiza que el poder del hombre sobre el cuerpo femenino, en el seno del matrimonio, poseía límites y que las bodas solamente tenían alguna viabilidad de supervivencia por medio de sistemáticas negociaciones.

**Palabras clave:** Cuerpo. Familia. La moda.

## Introdução

A linha mestra interpretativa deste artigo é a influência da moda sobre as famílias da cidade de Belém entre 1915 e 1920. Esta cronologia se justifica em virtude da localização de larga quantidade de documentos a versar em torno da moda, do corpo, da moralidade e da família. Tais temáticas foram analisadas a partir de dois periódicos, quais sejam: “A Palavra”, veículo religioso, vinculado a Arquidiocese, publicado bissemanalmente e “A Semana”, periódico noticioso-literário, sem vínculos formais com o Clero. (JORNAIS PARAOARAS, 1985) e também por meio de alguns processos de desquite contenciosos e amigáveis. Os jornais compulsaram-se na Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado do Pará e as ações de desenlace consultaram-se no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.<sup>ii</sup>

Partindo desses dados preliminares, a problematização que permeia neste artigo é: quando os maridos se autoproclamavam senhores e donos dos corpos das suas esposas, efetivamente, não passavam ante a situação de escravos e servos dos mesmos, porque construíam o sentimento de que aquele espaço “interdito” ao outro, sempre necessitava de vigilância e que qualquer movimento das consortes no sentido de usá-lo de forma “diferente”, organizava-se em afronta à sua honra de homem e chefe de família. Mas, nada disso se fez suficiente para deter manifestações corporais femininas e, por isso, ardis e negociações por elas fabricados iriam deixá-las cada vez mais livres ao longo do século XX.

Neste universo, certamente a diversidade é a principal característica da história da moda, do corpo e da família. Essa multiplicidade nunca foi, decerto, própria do lugar em questão, todavia, naquele tempo histórico, ao que tudo deixa supor, estava sobejamente marcado pela presença da variedade concentrada no seio de um gênero sempre obrigado a se refazer, como todo sujeito social. Para tanto, se a história da moda e do corpo se faz frente a grande número de assuntos e de elos, então, ela pode ser lida como a da mulher e a do homem, a da Igreja e a da família, a da moralidade e a da imoralidade, a da mulher honesta e a da messalina, a da compromissada e a da solteira,

a da matrimoniada e a da desquitada, isto é, a dupla (moda e corpo) conseguia envolver variedade de agentes em torno daquelas que viam com simpatia o encurtamento dos vestidos; no entanto, essa multiplicidade obrigou o estudioso a compreender a existência da parte de um todo e aqui, este fragmento é o da moda e o do corpo com seus efeitos na família.

Contudo, nesta linha interpretativa, em nenhum momento se esquecerá do entendimento de o tempo novecentista ser tributário do século XIX *bellespoqueano*. Mesmo se “distanciando” dos argumentos aqui expostos, é de conhecimento deste historiador que as condutas das mulheres e homens ora apresentados dizem respeito a derivações observadas no transcurso histórico anterior, pois as histórias tratadas a seguir longe estão de agregações arredias, que não se intercambiam. Por isso, é mister afirmar: as análises vindouras se movimentaram entre um século e outro, porém, estão sobejamente localizadas numa pequena parte do XX (1915-1920), este período é o alvo das averiguações deste artigo. Por assim dizer, a moda  $\times$  corpo feminino e a moralidade-imoralidade  $\times$  família, ajudaram confessadamente na compreensão de quais aspectos humanos foram manifestados e, conseqüentemente, corroboraram a descortinar tudo quanto seja possível verificar – por meio dos rastros deixados acerca das formas do processo em tela – do sociocultural familiar.

Concernente à moda, ao corpo feminino, à moralidade-imoralidade e à família, outro ponto importante a ser apresentado é: sejam as ditas salvaguardas morais, sejam as liberdades no encurtamento do vestuário, nunca as/os agentes [nestas reflexões] serão tratadas/os na polaridade do conservadorismo ou na da liberalidade de conduta. Este aspecto é essencial, imediatamente recomendar, porque “a história não conhece verbos regulares” (THOMPSON, 1981, p. 57). Nesta esteira, no espaço e no tempo transcorridos destas ponderações, homens e mulheres davam significados ao seu tempo vivido (como qualquer outro personagem social em toda cronologia e lugar) a partir das condutas e valores “internalizados” (pelo menos no momento do ato) como coerentes e lógicos, ou seja, os seus pontos de vista emanavam obrigatoriamente de caracteres lidos na condição de corretos; em outras palavras, as/os belenenses a seguir compreendiam o seu “presente” por meio de severa contenda acerca do que, naquela época, poderia expressar conduta valorativa.

### **Moda, corpo e família**

Moda, corpo e família possuem uma história rica em artifícios. Na Belém das primeiras décadas do último século, a tríade jamais se separou quando o eixo de preocupação orbitava a respeito dos encaminhamentos das representações familiares. O vestir-se era – para alguns – problema que incomodava, como deixava transparente a matéria intitulada “As saias de hoje”, publicada no periódico “A Semana”, em 23 de março de 1920.

(...) infelizmente para nós, até algumas senhoras casadas, as velhas gaiateiras e até certas beatas pretendentes estão usando a saias curtas e bem curtas! ... E algumas ainda têm o mau gosto de lhe pôrem uma barra transparente, por que a sombra das pernas, como a dos braços até as axillas, fazem o mesmo assombramento. Ah! Meu Deus, parece que já ninguém mais quer ser velha, neste mundo! Tenho visto, de fóra, cada canella comprida que fazem lembrar as avestruzes e outros pernaltos (...).<sup>iii</sup>

Na leitura de alguns, a moda em curso expunha demasiadamente os corpos e, por isso ajudava a promover a degradingolada da moral. Através de condutas a envolver vestidos cada dia mais curtos, o casamento e a família eram “indesejavelmente” colocados em xeque. A “elegância” passava a estabelecer diálogos mais intensos com o comprimento do vestuário, ou melhor dito, como as mulheres se vestiam ligavam-se objetivamente aos trajes que valorizavam o corpo. Não obstante, tudo isso trariam dificuldades insolúveis à unidade familiar, ou seja, de todo modo costas, pernas, canelas, bustos, braços surgindo publicamente deixaram esposos mais atentos, mais insatisfeitos e também mais presentes nos corredores do judiciário enquanto autores de autos de desquite contenciosos. Concernente a família, maridos, esposas e Igreja Católica, por exemplo, viram-se obrigados a reelaborar suas gestões de energia porque era impossível deixar de reconhecê-la como mutável e instável, aliás, ela sempre esteve ligada aos processos de recomposições sociais e, a moda e o corpo, demonstravam cabalmente esta perspectiva.

Mas, havia custos para se vestir de forma pouco lisonjeira, bem como gasto de tempo. O dinheiro indignamente desperdiçado com roupas ditas inadequadas poderia ser investido no bem-estar familiar, porém para quem desejava se lançar publicamente essa era “preocupação” bastante “secundária”. O tempo desperdiçado por mulheres casadas no preparo do corpo e das vestimentas foi outra razão a desestabilizar a vida a dois. Acerca de dinheiro e tempo, determinados maridos sobejamente reclamaram em juízo. Caso exemplar ocorreu em 1916, no libelo impetrado por Alcides Alcantara Malcher, 40 anos, comerciante contra Maria da Conceição Alcantara Malcher, 32 anos, prendas domésticas moradores a travessa Castelo Branco. O autor do processo, por meio do seu

advogado, Antonio Guerra Passos, disse: “(...) ela não mais se dedica a vida conjugal, as roupas ficaram no lugar, sem falar no dinheiro que sai furtivamente do orçamento familiar (...)”;<sup>iv</sup> um pouco mais à frente declararam: “(...) inexistiu tempo para o marido e aos filhos produtos do enlace, apenas para o corpo (...)”.<sup>v</sup> Inquestionavelmente determinadas mulheres colocavam-se diferentemente quer no interior do lar, quer nos espaços públicos. Para tais comportamentos, a moda foi responsabilizada. Efetivamente, em virtude de movimentos femininos, problemas conjugais contumazes vieram à tona recheados de diversos desdobramentos, isto é, por meio de “comportamentos espúrios”, “novas” condutas fizeram fragmentar estruturas da ordem familiar compreendidas na qualidade de inquebrantáveis.

Entretanto, concernente ao corpo, quais foram as indignações de Antonio e as “indignidades” de Maria da Conceição? Aquele denunciava que esta mostrava “(...) o busto, os braços, as pernas e as curvas do seu corpo (...)”;<sup>vi</sup> mais adiante delatava: “(...) tudo isso pode ser comprovado com o tamanho indigno do vestuário, as saias se transformaram em saíotes acima das canellas, sem se falar das roupas íntimas, todas muito diminutas e quando ao sol para secar ficam a vista da vizinhança (...)”.<sup>vii</sup> Se, por um lado, às indumentárias não se pode imputar todas as razões das crises conjugais; por outro, contudo, é absolutamente improvável que elas se mantiveram às margens das decisões de Antonio. Neste caso, o tamanho das vestimentas ligava-se à honra, visto que o impetrante se sentia desconfortável quando as roupas da esposa eram colocadas para secar no quintal do lar dos cônjuges. Claramente, com esta disposição outros personagens – os vizinhos – traziam grande incômodo ao impetrante, pois eram considerados na qualidade de ampliadores – com seus comentários – da desonra do impetrante. O uso de determinadas vestimentas afetou profundamente as pilastras da vida conjugal e, nesta esteira, para a senhora Maria da Conceição, o inadmissível tornou-se admissível quanto disse em juízo: “(...) é inícuo se vestir como se estivesse no século dezenove (...)”.<sup>viii</sup> As condutas de Maria que um dia foram pensadas dignas, por volta de 1916 haviam profundamente mudado, isto é, agora eram interpretadas em juízo como sorrateiras e descabidas no seio do casamento; assim, bustos, braços e pernas expostos publicamente, o marido os classificava no grau de afronta à sua honra, a qual “apenas” seria “resolvida” através da separação conjugal. Aqui há uma fragmentação do sentido de propriedade: os interstícios desse discurso (e em tantos outros) revelaram a expropriação do poder do marido (considerando que um dia tenha existido) sobre o corpo da esposa. Em obra substancial relativa ao corpo, Jorge Crespo

recomendou pensá-lo enquanto “objeto” a exigir cuidados porque, paralelamente, provoca desassossegos. (CRESPO, 1990, p. 07).

A imagem da culpada pela desintegração da família não foi construída somente no seio de inúmeros processos de separação de corpos e bens, parte da imprensa ajudou nessa empreitada. Eram elas, segundo colunas jornalísticas, que obrigatoriamente tinham de se colocar ponderadamente em lugar seguro, de se darem o devido respeito, de primarem pela moral, pela ordem familiar e pelos bons costumes doméstico e público. A este respeito, o periódico “A Palavra” se reportou: “(...) as modas escandalosas de vestimentas envolvem todas as mulheres, mas na verdade são elas que devem se colocar em lugar mais lisonjeiro. Caso contrario as familias sofrerão as consequências (...)”.<sup>ix</sup> O corpo como excelente instrumento de controle dos comportamentos da mulher, em algumas situações, vinha em franca decadência. Contudo, a fragilidade da regulamentação tinha força para conduzir outras problemáticas, quais sejam: ele diretamente ligado à moda traduzia-se em fragmentação familiar. Porém, maridos e Igreja, por exemplo, recorrentemente se esqueciam de considerar que o corpo em nenhum tempo e espaço se constituiu em ferramenta cristalizada, antes se revelou enquanto resultado de tensos entreveros políticos, sociais, culturais e religiosos, enfim, de poder. Por estas razões, transparências, encolhimento dos trajes, pernas manifestadas em público, enfrentou, enfrenta e sempre enfrentará resistências ditas conservadoras.

A historiadora Denise Bernuzzi de Sant’anna em *História da beleza no Brasil* interpretou que os “vestidos mal conseguiam deixar os tornozelos à mostra, por isso, os pés das mulheres, mesmo quando envoltos por botinas de couro, insinuavam o começo e o fim do corpo desejado” (SANT’ANNA, 2014, p. 22). Para Sant’anna, em diversas partes do Brasil – Belém, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador – a beleza ligava-se “imoderadamente” aos ornamentos do corpo, este elo representava mudanças de conduta e postura, entretanto tais movimentos já se viam no século XIX, enfatize-se. Às particularidades deste estudo, a moda provocava mutações nos corpos femininos, momento em que pernas e braços descobertos passavam a ser mais visíveis a quem quisesse observá-los, conforme reforçam matérias jornalísticas e processos de desquite até aqui interpretados. No entanto, se para alguns tudo isso expressava modernidade e novos tempos; para outros, representava despudoramento e indeléveis fraturas na moralidade aspirada homogênea da sociedade belenense. Mas, mesmo segmentos sociais como a Igreja desqualificando as mudanças vigentes, tais condutas novecentistas



eram tributárias do século anterior, ou seja, movimentar-se mostrando-se publicamente nunca pode ser alocado como particularidade do pequeno tempo em análise.

Diversidades e transformações prosseguiram. Relativas ao corpo feminino, elas contundentemente não seriam porquanto o acesso a tecidos mais leves e transparentes, bem como a outras maquilagens para além do pó de arroz como rímel e batons ajudavam na transformação da aparência física. Isso apregoava forte abalo à moralidade, à dignidade de ser mulher, à família constituída e àquela a ser formada. A Igreja, no entanto, não somente ela (parte significativa da sociedade), bastante ligada à lógica da mulher na faculdade de mãe e esposa esmerada e imagem de Maria, reprovava contundentemente estas mudanças de valor.

Existiam preocupações decorrentes à introdução de outros valores, todavia tais desconfortos se aprofundavam, vertiginosamente, porque o corpo feminino era o que se colocava para ser visto publicamente. O articulista da matéria “As saias de hoje”, A. Porto negava e se posicionava contrário às alterações de hábitos, costumes e valores, porquanto considerava as saias curtas, “modas esquisitas”. Conforme Antoine Prost, a moda e o corpo articulam relações sociais entre si, conseguindo influenciar parte da sociedade onde atuam e são mostrados. (PROST, 1995, p. 61-113). A rigor, o coletivo, nunca desejou que senhoras casadas, moças e meninas se mostrassem por meio de vestimentas consideradas inadequadas, entretanto, é inegável que campos se formavam e nada contentava a todos, pois “(...) infelizmente para nós, até algumas senhoras casadas, as velhas gaiateiras e até certas beatas pretendentes estão usando saias curtas e bem curtas! ... (...)”.<sup>x</sup> Moda e corpo se articulavam onde atuavam. Se ligavam simetricamente para serem mostrados em sociedade, isto é, aqui há expressivo exemplo de que nada é absolutamente privado e, nestas circunstâncias, é perigoso pensar (corpo e moda) na qualidade de aspectos estritamente do privado, eles devem sempre ser descortinados como dimensão a buscar elos com o externo, com o público. Com efeito, com estas possibilidades, cuidar da vestimenta e do corpo significava prepará-los a expô-los. Nestas condições, os corpos sendo descobertos, setores conservadores assumiram publicamente reticências às variações ditas profundamente radicais. Quando se procurou representações e significados em torno do corpo, todavia, em conjunturas diferentes das de Belém, encontrou-se Jacques Revel. A respeito, salientou o pesquisador que o tema se localiza historicamente com o poder de construir e exprimir conjunto de significados, assim suas dimensões podem determinar o modo como as personagens pensam e constroem suas vidas no dia a dia, dito de outro modo, apreender



na individualidade os tratamentos dados ao corpo pode revelar experiências executadas distantes dos ambientes tidos como público. (REVEL, 1989).

Colunas jornalísticas e autos de desquite contenciosos e amigáveis sobejamente demonstraram o quão deletérias eram as transformações a atingir a vida social, mas tudo isso acabava sendo “tão-só” mudanças práticas dos sentimentos entre homens e mulheres. Ora, desse ponto de vista, o século XX não representava a continuidade da conquista de espaços sociais? E, nesta lógica, tudo não versava sobre as influências da moda e do desenvolvimento da convivência a dois? No dizer do jornalista: “Cada canella comprida que fazem lembrar as avestruzes e outros pernaltos”, ou melhor dito, pernas de fora – não raro – segundo alguns articulistas, motivavam investidas amorosas (tentativas de conquista, galanteio, sedução, namoro). As agitações envolviam circuitos para além dos daqueles mais diretamente envolvidos, elas conseguiam envolver [nos casos em questão] conjunto maior, daí provinha a preocupação da Igreja Católica, de maridos, de jornalistas. Com efeito, pensar em mudanças de hábitos, significava atingir recolocações nas maneiras de agir, de viver e de se comportar no seio de um espaço em modificação.

Aspectos da moda e do corpo conduziam os articulistas a outras temáticas, quais sejam: à conquista, aos amores afetivos temporários, à família, ao divórcio. Evidenciava-se ampliação no ato de se relacionar. Os discursos revelavam imagens importantes do comportamento, das ações e dos papéis desenvolvidos, pois ocorreram elastizações nas formas de namorar. Mas, isso representava “efetivamente” quais aspectos? O “namoro à antiga” tinha como companheiro a vigilância dos olhos dos mais velhos, porém essa força se perdia, numa cidade que crescia demograficamente (CAMPOS, 2007). Ao contrário da ordem namoro, noivado (não muito longo) e casamento, pairavam outras formas de aproximações íntimas que não necessariamente seguiam esta cronologia, por exemplo, amasiamentos houve recorrentemente nestas paragens do Norte do Brasil. (CAMPOS, 2016).

Por meio da vestimenta e do corpo, lastros da tradição eram questionados e cumpre confessar, todavia, que os sentidos que os documentos dão a ler são múltiplos: outras maneiras de se relacionar no campo público e privado mostravam-se possíveis e, por isso, se encontravam em mutação. O vestuário dito desrespeitoso questionava ideários. Ele conduzia à degeneração moral e social. Para esta desmoralização, o jornal “A Palavra” dispunha de diversas explicações, dentre as quais a maneira de se vestir da mulher casada: “É escrava da moda, que lhe rouba todos os minutos. Desconhece ou

finge desconhecer os deveres de esposa. Entrega tudo aos criados, continuava a frequentar os salões mundanos, os bailes, os cinemas.”<sup>xi</sup> A mãe prestimosa e a esposa fiel e a estabilidade da família, estavam em perigo. A moda feminina, a modernidade, os corpos à disposição de quem desejasse vê-los contribuíam à desmoralização das pilastras da coletividade. Segundo as colunas jornalísticas, esse presente foi dado à sociedade, entretanto, os belenenses nunca o solicitaram e estavam prontos para repudiá-lo.

A moda pouco singela era “representação ridícula” a transformar as moças em “manequins grotescos quando não as tornam alvo de olhares maliciosos”, dizia o periódico “A Palavra”.<sup>xii</sup> De onde as configurações de beleza a envolver adereços ao corpo feminino provinham? Bazares e lojas de sortimento que “vendiam toda natureza de cortes para todo tipo de manequim” se faziam presentes em Belém. Dentre os diversos, citam-se: *Le Grand Louvre*, *Notre Dame de Paris*, *Bazar Parisiense*, *La Elegance Parisienne*. Em uma propaganda da *La Elegance Parisienne*, podia-se ler: “Mme Castilho, recebeu um variado sortimento de fazendas de luxo, próprias para a estação. Esta loja fica na rua Santo Antonio nº 72”.<sup>xiii</sup> O embelezamento do corpo era fortemente influenciado por essas propagandas, aliás outra ferramenta da “modernidade” a serviço da dita degradingolada da família.<sup>xiv</sup>

Em Belém, o desejo de deixar o corpo mais contornado e visível avançava dentro e fora da família; dito de outro modo, os discursos aqui taxados de “conservadores” não se sustentariam por tanto tempo. Nesta seara, as condutas femininas tenderam a se modificar, porém é mister dizer que neste tempo – como em qualquer outro – sofria variadas fraturas, por exemplo, o clima da capital paraense passou a ser usado como motivo essencial para o uso de tecidos mais delicados, finos, maleáveis, transparentes, logo, a distância entre o corpo feminino e o mundo exterior diminuía numa velocidade nunca antes percebida, fato que deixava a família profundamente inquietada. No processo de divórcio litigioso de 1917, clima, moda e família apareceram. João Bosco da Anunciação, 40 anos, trabalhador do curro impetrou ação contra Catarina Mendes da Anunciação, 29 anos, dedicada ao lar. Os cônjuges residiam a rua Diogo Moya, 26. O marido ofendido em sua honra dizia “(...) usando da quentura da cidade de Belém, sua mulher ordenara ser necessario comprar tecidos mais leves e transparentes para confecção de roupas do uso domestico e publico (...)”.<sup>xv</sup> Mais adiante, não economizou na construção de imagem supostamente corrompida de Catarina: “(...) trata-se de desculpas esfarrapadas, na verdade quer mostrar suas indecencias, a familia se desestrutura mas não fico mais sob o mesmo teto com ela

(...)”.<sup>xvi</sup> O corpo sempre foi o “principal” meio de expressão humana, seja para representar liberdade, seja para significar repressão; todavia, ao se pensar o caso de João x Catarina e dos outros casais aqui interpretados, torna-se trivial retornar à problematização central destas análises: os homens (pelo menos os destas interpretações) sempre tiveram problemas e dificuldades de se constituírem em senhores dos corpos das suas esposas, por isso, os mesmos se encontravam mais na qualidade de servos e escravos do que na de donos da situação, isso ocorria porque ininterruptamente usavam a vigilância sobre as esposas, logo, na capital paraense do tempo tratado, o *status* moral das mulheres não era uma auto atribuição como se queria fazer acreditar e, assim o resultado de forças coletivas.

Estas mudanças foram notadas e expostas em diversas colunas:

Não procura vestir-se com recato: – a saia excessivamente curta, o corpete transparente e excessivamente decotado deixa descobertos o colo e os braços. Assim sahe; toma um bond e o seu primeiro cuidado é cruzar as pernas n`um requinte de *coquettismo* que a torna simplesmente ridícula. Toma de um livro que abre mas não lê. Os seus olhares dirigem-se para tudo e para todos. Chega á casa da amiga onde não entretém um assumpto. Fala do vestido de fulana, do chapéo de beltrana, do ultimo jogo de foot-ball, dos “Mysterios de New-York”, etc. Esta, porém, é a moça educada, a moça “social”, a moça progressista! Tem gosto, é desembaraçada, sabe entrar n`um salão. Não é acanhada nem atrasada.<sup>xvii</sup>

O corpo vai aparecendo. Reprovações mais contundentes a aparição das pernas, braços e colo, também. A liberdade de se embelezar com vestuários mais soltos e curtos, passava por diversos meandros: a da afronta ao controle masculino à concepção de pecado. Contudo, outras razões eram apresentadas para se fundamentar o embelezamento e as mutações do vestir-se na condição de inconveniências profundamente desagradáveis ao coletivo: muitos adornos, maquilagens e peças curtas, ficavam às prostitutas, então, neste eixo, as alterações deveriam ser descortinadas perigosas à ordem familiar. Empírico e bibliográfico indicam o poder das mutações; ao advertirem que mais e mais, para as primeiras décadas do século XX, o controle integral dos corpos (se é que em algum dia isso existiu) tonava-se bastante complicado e, por conseguinte, cálculos e estratégias de ambos os lados (o das mulheres e o dos maridos) necessitavam de reelaborações. Nestas reflexões há motivos bastantes para reconhecer o quanto a mulher ao adornar o corpo conseguia pressionar maridos e, ao mesmo tempo, impor preocupações a respeito dos limites do poder dos mesmos no seio do casamento; aliás, o poder destes nunca foi inquestionável.

Esta concepção deve ser alocada na faculdade do estereotipado? Decerto que não, porquanto era a visão de determinados segmentos sociais acerca do assunto.

Tratava-se de uma tomada de decisão. O ponto de vista de ser o embelezamento feminino um erro e de o erro conduzir ao pecado, fazia parte do jogo e saber lidar com tal acusação, saber jogar conforme as necessidades, saber se defender da imputação era escala constituidora a envolver fortemente os agentes sociais da empreitada.

Em 1918, o periódico “A Palavra” fazia algumas aproximações – no que concernia as liberdades de conduta – entre Belém e o Rio de Janeiro. Dentre diversos apontamentos, descreveu a engenhosidade “maléfica” de “um cavalheiro na avenida Rio Branco” que adaptou um espelho em sua “bengala” e passou a observar, por baixo, as intimidades femininas; o articulista aprofundava: “ninguém dirá que a exiguidade da peça principal do vestuário feminino, tal como se está agora usando, provenha puramente do emprego de se fabricar poucas fazendas”.<sup>xviii</sup> Adiante foi mais a fundo: “quando, n’uma sociedade, as mulheres começam a perder o recato, é loucura supôr que os homens não percam também o respeito aos seus cabellos brancos”.<sup>xix</sup> Se, os corpos com economia de tecidos hoje fazem parte das nossas visões do cotidiano, este aspecto se deve essencialmente à progressiva mudança na concepção do vestir-se. A maneira, a forma, a composição do vestuário liga-se inelutavelmente ao tempo, ou melhor, às condições que as pessoas (homens e mulheres) atribuem a ele; por assim dizer, a fisionomia dele, vai progressivamente se desvelando sob os efeitos das ações das mulheres no tempo. Variadas razões podem explicar tal característica, dentre as quais os efeitos combinados da moda com o cinema, mas igualmente, com o clima e com o tipo de tecido: finos, transparentes e maleáveis.

Esses motivos possuíram o poder de explicar como e porque as mulheres tinham conseguido tão grandemente encurtar o vestuário, possibilitando mostrar os tornozelos, as pernas, o busto, os braços, bem como peças íntimas que deixavam mais aparente as curvas do corpo. Vestidos ficaram mais curto, saias passaram a aparecer mais e mais no cotidiano, corpetes modelavam mais visivelmente o corpo, substituía-se “o espartilho pelo sutiã”.



A Semana. Belém, 28 de agosto de 1920, v. 03, nº 123.

Havia quem reprovasse alterações ditas exageradamente aceleradas e profundas. Mulheres mais idosas se colocavam contrárias de forma indignada, pois se recusavam a compreender as mutações e condenavam o uso dos novos trajes por os classificar pervertidos e indignos à toda mulher. Ora, as combatentes da “ordem e dos bons costumes” colheriam algum sucesso, no sentido do recuo da moda? A resposta deve ser, obrigatoriamente, negativa, pelo menos nas condições desejadas. Nada seguiu o avançar de hábitos das décadas iniciais do século XX no quesito economia de tergaís, de musselines, de cambraias cada vez mais curtos no corpo feminino. Inquestionavelmente mudanças frente ao cotidiano-público estavam em curso, olhares se modificavam, posturas, códigos e condutas tanto das mulheres quanto dos homens se firmavam de forma grandemente diferente ao se comparar com o século XIX.

Estes eram alguns resultados da subtração do véu feminino. Todavia, o desvelamento se sentia ainda mais forte à produção de outras variações, por exemplo, as havidas na família conjugal. O cotidiano-privado se portava de maneira distinta nas primeiras décadas do século XX. Como as linhagens enfrentaram tais mutações? De variadas formas, certamente. Contudo, aqui, quer-se enfatizar a da separação conjugal, ou seja, a vestimenta da esposa, a sua suposta economia nos tecidos e o seu contato mais direto com as profissionais da tesoura, apresentaram-se como justificativas para processos de separações conjugais, enfatize-se.

Em outras palavras, a “nudez” pública, isto é, a contenção do uso de panos também veio afetar ligações a dois. Em 1915, Mario Andrade do Couto, 39 anos, carpinteiro e Sandra Maria do Couto, 31 anos, dedicada às prendas domésticas, estavam casados havia 15 anos. Do casal conjugal inexistiram filhos, moravam a avenida Gentil Bittencourt, 875. Os cônjuges impetraram processo de desquite “amigável”. Em outro trabalho, este historiador afirmou que o mútuo consentimento escondia distintas tensões da convivência, então, o desenlace “amigável” pouco correspondia a tal terminologia (CAMPOS, 2016); esta perspectiva foi característica presente nas tramas havidas entre Mario e Sandra. No caso em pauta, Mario classificava, cabalmente, sua mulher como pouco “contida em suas vestimentas privadas e públicas”, que não lhe agradava a maneira como a esposa “se mostrava em público com vestidos, roupas internas e calçados longe da dignidade da mulher casada”<sup>xx</sup> e, por isso, se negava manter vida amorosa séria “com quem não sabe se comportar digna e recatadamente como mulher honrada e casada”.<sup>xxi</sup>

Logicamente, este não foi o único processo a expor o vestuário feminino como inconvenientes e motivadores de insatisfações conjugais. Cinco anos depois da separação de Mario e Sandra, 1920, Clemente da Silva e Campos, 21 anos, pedreiro impetrou auto de desquite litigioso contra Goreth da Conceição e Campos, 19 anos, dedicada às prendas do lar. O matrimônio durou cerca de 2 anos e dois meses. O casal morava a avenida Ceará, 234, da relação não provieram descendentes. No interior do libelo Clemente se queixava:

não tolerar os modelos depravados dos vestidos, saias e saiotos que a esposa insistia em usar, despertando olhares inconvenientes dos homens, mas também das mulheres por onde passava; isso acontecia mesmo com a sua reprovação; por isso se sentia ofendido na honra de chefe de família”.<sup>xxii</sup>

A moda e o corpo feminino apareceram na faculdade de desagregadores de família em determinados autos de desquite; eles dispunham da capacidade de unir, todavia, igualmente, de separar casais. Para os exemplos se distanciarem do sobreposto, apresenta-se um último caso. Era 1918 quando Catarino da Conceição Oliveira, 29 anos, marítimo resolveu se desquitar contenciosamente de Jerminiana da Consolação Oliveira, 29 anos, dedicada aos afazeres domésticos, a vestimenta compreendida indigna da esposa apareceu fortemente no auto. O casal residia a avenida Conselheiro Furtado, 768. Leia-se o seguinte excerto:

o que encantou Catarino foram as vestimentas pouco lisonjeiras da futura sua mulher, depois de casados foi exigido que Jerminiana se vestisse com a moralidade que a decencia exigia as mulheres casadas, mas ela permaneceu com roupas curta, bustos,



pernas e braços a mostra, mudando roupas íntimas para aquelas cada vez mais apertadas e curtas, para conseguir modelar a cintura e sair a rua a mostra para quem quizesse ver.<sup>xxiii</sup>

Quer nas colunas jornalísticas, quer nos processos de desquite, o corpo, a moda e a família foram apresentados com preocupação. O início novecentista belenense passava pela prática do acentuado recuo dos tecidos a cobrir as mulheres e tal disposição implicou, por assim dizer, em novas condutas e formas de comportamento não somente das mulheres solteiras, porquanto as casadas e viúvas igualmente dinamizavam os efeitos da modernidade, entretanto e, nesta conjuntura, homens casados e solteiros jamais podem ficar às margens. Independente do estado civil, mulheres e homens viam-se às voltas com as transformações nas formas de proceder tanto no público, quanto no privado. Inquestionavelmente, o vestuário desempenhou o poder de modificar dada moralidade desejada, seja a da do bojo do lar, seja a contida na rua. Tanto a senhora nascida um pouco mais atrás – como a imagem impressa em página anteriormente apresenta – quanto agentes mais jovens como Catarino da Conceição Oliveira, se colocavam contrários diante do descortinado enquanto “deformações” morais.

Mas, o pensamento concernente a moda indigna nunca foi homogêneo. Catarino se envolveu com uma mulher que antes de se tornar sua esposa, se trajava com peças econômicas em tecido; quando transformada em cônjuge a mesma manteve a disposição de se “mostrar”, de se apresentar em público com o busto brotando, as pernas, os braços, as curvas do seu corpo ao alcance dos olhares alheios. Por assim dizer, na qualidade de menina solteira ou até quando Catarino não a classificava como sua propriedade, tudo era permitido; no entanto, tal postura o agente jamais suportaria aquando do matrimônio, isto é, as interpretações mudaram profundamente logo após as núpcias, pois “depois de casados foi exigido que Jerminiana se vestisse com a moralidade que a decencia exigia as mulheres casadas”.<sup>xxiv</sup>

Distante da binaridade ou da redundância, aqui é imprescindível reconhecer e expor que se, por um lado, indivíduos com idades distantes se aproximavam; por outro, houve pessoas que com idades próximas se distanciaram em posturas, logo, nenhuma condição pode ser lida na faculdade de cristalizada e imutável. Nesta conjuntura, muitos interesses se faziam presentes, dentre os quais: o corpo era algo a ser mostrado, mas também encoberto, a moda colocava-se “imprescindível”, porém destruidora e a família instituição essencial às pilastras da sociedade. Estas “sentenças” estão longe de se tratarem de dualidades, elas se amalgamavam insistentemente a ponto de formar elos



justificativos às suas caminhadas na estrutura das relações coletivas belenenses do tempo em tela.

O poder de se escandalizar se fazia presente, bem como a sua força invertida, ou melhor, a de enfrentar o categorizado como escandaloso. Porém, isso não seria tudo, porque o corpo feminino ainda tinha muitas partes a se mostrar e, nesta linha de ação, as mulheres estavam bem dispostas em atuar, isto é, o corpo mais e mais seria descoberto e a quantidade e o volume de tecidos encolheriam vertiginosamente; por assim dizer, ele ajudaria a estabelecer outras regras as quais determinariam o que viria a ser moralidade, bons costumes, recato, dignidade. Ora, não foi isso o que Anne-Marie Sohn indicou. A historiadora-filósofa expressou para o Brasil de 1960: “o maiô brasileiro também contribuiu para a derrubada das últimas resistências” (SOHN, 2008, p. 112).

Diferentes marchas do entendimento da moralidade relacionadas ao corpo e à família estavam em curso. No entanto, a questão a se impor é: a engrenagem a fazer funcionar estas marchas era vivenciada individualmente, por isso a viabilidade de existir rótulo comum a todos no tocante aos aspectos da moralidade. Nesta linha de raciocínio, o ligado ao corpo corria em seu ritmo particular, conforme a maneira de cada agente social. Jean-Claude Kaufmann em *Cuerpos de Mujeres Miradas de Hombres*, ajuda. Ao autor, as mutações do uso do corpo foram profundas no decorrer do século XX e, nesta esteira, parte dele que não muitas décadas seriam impensáveis de se mostrar, passava a ser “comum” em público: os seios (KAUFMANN, 2011, p. 91).

Mudanças nos desenhos das vestimentas constituíram-se em hábito, mas também necessidades, razões, vontades e desejos das mulheres que não interromperia suas inovações e questionamentos no concernente a função da moda e, logicamente, na do corpo feminino; por assim dizer, é de fundamental importância jamais perder de vista a dimensão de que as transformações foram fabricadas com materiais resistentes, isto é, com posturas irrequietas seja as das casadas, seja as das solteiras, seja as das viúvas, pois o corpo dessas mulheres continuaria como laboratório de testes e resultados durante as décadas seguinte. Corpo feminino e moda mantinham inter-relações as quais afetavam mutuamente diversos espaços, dentre os quais o da moralidade, então, frente a esta constatação, os/as mais “conservadores” não perderiam o poder de se escandalizar com a dilatação da sua presença em público, contudo, o tempo somente demonstraria em qual medida essas analogias mais e mais penetrariam no seio da sociedade, por um lado; por outro e, provavelmente, numa mesma proporção, o tempo também exportaria como o corpo feminino, a moda, a moralidade e aqui acrescente-se a família nada mais

seriam do que o resultado de vivências cotidianas e de relações mútuas infinitas, ou seja, a combinação desses elementos lançaria luz sobre as maneiras pelas quais as pessoas de relacionariam no transcorrer do ainda o longo século XX.

### **Considerações finais**

Demonstrou-se o quanto a moda e a exposição do corpo dispuseram de poderes suficientes para desestruturarem domínios familiares. Diversas matérias de jornais e alguns processos de desquite demonstraram os efeitos demolidores da moda e dos corpos descobertos no seio de determinadas famílias, ou melhor, estas não conseguiram sobreviver às demandas exigidas por esposas que aplicaram no cotidiano o que viam e ouviam acerca da moda. Em conformidade com isso, as condutas das mulheres frente ao corpo em nenhuma hipótese podem ser compreendidas na qualidade de comportamentos simples, elas influenciaram circuitos bem mais complexos como a separação conjugal.

Matérias jornalísticas e maridos com seus advogados no bojo de processos de divórcio, ligavam recorrentemente figurinos diminutos à imoralidade feminina. Nesta conjuntura, é viável perceber algumas ligações: notas jornalísticas e autos de desquite ligavam-se à vida cotidiana. A respeito das narrativas, quer as contidas nos jornais, quer as do interior dos processos, jamais podem ser pensadas na ordem de “invenções” de quem as representavam; elas emanavam da vida prática, de observações provenientes das ruas, das praças, das avenidas. Todas as observações realizadas a respeito não se localizavam em invenções masculinas e sim em efetivas preocupações em torno das rupturas que determinadas mulheres fabricavam no seio do coletivo.

Essas transformações a envolver costas, pernas, bustos e braços descobertos, atingiram profundamente a ordem e a composição familiar. É certo que a família sempre enfrentou em todo tempo e espaço inimigos poderosos, porém, no início do século XX, ela se deparou – mais efetivamente – com um poderoso adversário, a nudez. A “ausência de vestimenta”, os maridos não suportariam. Essa foi mutação muito profunda a envolver o corpo das esposas, ou melhor, o uso do corpo afetou algumas famílias de maneira tão profunda que remendos com qualquer argamassa foram insuficientes para mantê-las unidas, assim, o julgado mais adequado foi entrar com processos de desquite contencioso e amigável.

Como se argumentou um pouco atrás, é bastante perigoso procurar montar uma historiografia que procure alocar a moda e o corpo como razões únicas de qualquer

ruptura conjugal, aliás, isso não se quis fazer e não se fez em nenhum momento até, porque, este historiador compreende que um desenlace ocorre em virtude da conjugação de elementos e nunca por meio de única motivação. Por esta escala interpretativa, o editado na imprensa e o dito em alguns autos de desquite, a nudez corporal ajudou a colocar fim em diversos casamentos, no entanto, formais se pode esquecer da existência de inúmeros entreveros, os quais somados ao uso de poucas fazendas ajudaram a promover desquites.

### **Bibliografia**

- CAMPOS, Ipojucan Dias. *Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais* (Belém, 1916-1940). São Paulo: Fonte Editorial, 2016.
- CAMPOS, Ipojucan Dias. Repressão, higiene e disciplina na Belle-Époque Belenense (1890-1900). *Textos e debates (UFRR)*, v. 13, p. 103-129, 2007.
- CRESPO, Jorge. *A história do corpo*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- KAUFMANN, Jean-Claude. *Cuerpos de Mujeres Miradas de Hombres: sociologia de los senos desnudos*. Santiago: Lom Ediciones, 2011.
- JORNAIS PARAÓARAS: Catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, desporto e Turismo, 1985.
- SANT'ANNA, Denise de Bernuzzi. *História da beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.
- SOHN, Anne-Marie. "O corpo sexuado". In: CORTINE, Jean-Jacques. (Dir.). *História do corpo: as mutações do olhar. O século XX*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 109-154.
- PROST, Antoine. "Fronteiras e espaços do privado: a família e o indivíduo". In: PROST, Antoine & VINCENT, Gérard. *História da vida privada: da Primeira Guerra aos nossos dias*. Vol. V. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 61-113.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

Recebido: 09/12/2018

Aceito: 25/02/2019

Publicado: 13/05/2019

---

<sup>i</sup> Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (IFCH-UFPA). Docente permanente do Programa de Pós-

---

Graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: ipojucancampos@gmail.com

<sup>ii</sup> Hoje tais documentos (os processos de desquite) estão sob a guarda do Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará (CMA-UFPA).

<sup>iii</sup> A Semana. Belém, 23 de março de 1920, p. 02.

<sup>iv</sup> Ação de desquite litigiosa impetrada por Alcides Alcantara Malcher contra Maria da Conceição Alcantara Malcher, 1916.

<sup>v</sup> Idem.

<sup>vi</sup> Idem.

<sup>vii</sup> Idem.

<sup>viii</sup> Idem.

<sup>ix</sup> A Semana. Belém, 12 de janeiro de 1917, p. 04.

<sup>x</sup> A Semana. Belém, 23 de março de 1920, p. 02.

<sup>xi</sup> A Palavra. Belém, 16 de agosto de 1917, p. 02.

<sup>xii</sup> A Palavra. Belém, 19 de agosto de 1917, p. 02.

<sup>xiii</sup> Diário de Notícias. Belém, 07 de julho de 1889, p. 01.

<sup>xiv</sup> A Palavra. Belém, 19 de agosto de 1917, p. 02.

<sup>xv</sup> Ação de desquite litigiosa impetrada por João Bosco da Anunciação contra Catarina Mendes da Anunciação, 1917.

<sup>xvi</sup> Idem.

<sup>xvii</sup> A Palavra. Belém, 19 de agosto de 1917, p. 02-03.

<sup>xviii</sup> A Palavra. Belém, 21 de março de 1918, p. 01.

<sup>xix</sup> A Palavra. Belém, 21 de março de 1918, p. 01.

<sup>xx</sup> Ação de desquite amigável entre Mario Andrade do Couto e Sandra Maria do Couto, 1915.

<sup>xxi</sup> Idem.

<sup>xxii</sup> Ação de desquite litigiosa impetrada por Clemente da Silva e Campos contra Goreth da Conceição e Campos, 1920.

<sup>xxiii</sup> Ação de desquite impetrada Catarino da Conceição Oliveira contra Jerminiana da Consolação Oliveira, 1918.

<sup>xxiv</sup> Idem.